ESTADO DA ARTE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO

Relato de experiência: Construção da Política Estadual de Educação Ambiental

Por Eliane Maria Garcia, Auristela Silva dos Santos, Andréa Carvalho Macieira, Heloisa Pincela Vasconcelos, Maria José Alves Martins[1]

A Política Nacional de Educação Ambiental foi instituída por meio da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Sua coordenação fica a cargo do órgão gestor, dirigido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo Ministério da Educação (MEC) (art. 2º do Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a política nacional).

A Lei nº 9.795/1999, em seu artigo 16, incumbe aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios a definição de diretrizes, normas e critérios para a Educação Ambiental (EA) em suas esferas de competência, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional. Desde então, a maioria dos estados brasileiros instituiu suas políticas e programas estaduais, e alguns já se encontram em processo de reformulação. O Decreto nº 4.281/2002 sugere a criação das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (Cieas) nos estados para permitir o diálogo entre os diversos setores da sociedade e implantar efetivamente as políticas de educação ambiental.

As Cieas são colegiados compostos por representantes de instituições governamentais e não-governamentais de forma paritária. Mato Grosso do Sul instituiu sua comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (Ciea/MS) por meio do Decreto nº 9.939, de 06 de junho de 2000, e em 07 de abril de 2009 ela passou por uma reformulação por meio do Decreto nº 12.741/09, visando fortalecimento e maior participação da sociedade.

A Ciea/MS possui caráter consultivo e tem como finalidade promover a discussão, o acompanhamento e a avaliação da Política e do Programa Estadual de Educação Ambiental. Está vinculada ao órgão executor da Política de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul, o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do

---

[1] educacaoambiental.imasul@gmail.com, (67) 3318-6077. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL).

SUL (Imasul). A comissão atualmente é composta por 24 entidades, sendo dividida paritariamente entre órgãos públicos e sociedade civil, incluindo instituições relacionadas ao meio ambiente, educação, saúde e saneamento, organizações não governamentais, entidades de classe, coletivos e veículos de comunicação.

Diante do exposto acima, o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, a Secretaria de Estado de Educação (SED) e a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (Ciea/MS) estão articulando desde 2007 com o poder público e a sociedade civil a discussão e a implantação da Política Estadual de Educação Ambiental (Peea/MS). A política consiste em um projeto de lei que norteará todas as ações de educação ambiental no estado, tanto em espaços escolarizados como não escolarizados.

A construção da Política de MS foi realizada de forma participativa, por meio de consultas públicas, tendo como base uma minuta de proposta de lei que foi construída ao longo das reuniões da Ciea/MS com base nas políticas de educação ambiental de outros estados.

No período de 2009 a 2010, com a aprovação do projeto Educação Ambiental Itinerante, financiado pelo Programa Pantanal (MMA/SRHU), foram percorridos 16 municípios da Bacia do Rio Miranda, a saber: Anastácio, Aquidauana, Bandeirantes, Bodoquena, Bonito, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Guia Lopes da Laguna, Jaraguari, Jardim, Maracaju, Miranda, Nioaque, Rochedo, Sidrolândia e Terenos. Em cada município foi realizada a articulação e a mobilização das instituições locais para realização de uma oficina de consulta pública, que resultou na coleta de subsídios que irão compor a Política Estadual de Educação Ambiental. No total foram visitadas 514 instituições e 418 pessoas participaram das oficinas.

Com o término do projeto itinerante, o Imasul realizou mais quatro oficinas nos municípios da Bacia do Rio Paraná (Amambaí, Nova Alvorada do Sul, Nova Andradina e Três Lagoas), com a visita a 173 instituições e a participação

Sala temática de Educação Ambiental Formal durante a Oficina Estadual para Construção da Política de Educação Ambiental.

de 155 pessoas. Em fevereiro de 2011 a consulta pública foi realizada na capital do estado. A iniciativa contou com parceria da prefeitura de Campo Grande, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Semadur) e do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Planurb), por meio da Coordenadoria de Apoio a Órgãos Colegiados (CAOC).

As consultas foram realizadas durante as reuniões dos conselhos municipais das sete regiões da capital. Como resultado, participaram 217 pessoas. Para atender os municípios não contemplados nas consultas públicas e consolidar de modo participativo, democrático, transparente e irrefutável a Política Estadual de Educação Ambiental (Peea/MS), o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do Imasul e da Secretaria de Estado de Educação (SED), em parceria com a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e a Comissão Interinstitucional de

Educação Ambiental (Ciea/MS), realizaram o Fórum de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul e a Oficina Estadual para Construção da Política de Educação Ambiental, nos dias 7, 8 e 9 de agosto de 2012.

O fórum teve como objetivo promover a interlocução de agentes para a consolidação de instrumentos e políticas voltadas para a educação ambiental no estado. Participaram 472 pessoas do estado de Mato Grosso do Sul e demais estados, como Acre, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Ceará e Brasília. O fórum realizou: 8 mesas redondas, totalizando 37 palestras; 16 oficinas e minicursos; 91 apresentações de trabalhos, sendo 39 resumos simples, 17 resumos expandidos, 9 trabalhos completos, 26 relatos de experiência, contabilizando 56 painéis e 35 apresentações orais abordando os temas educação ambiental e práticas sustentáveis, educação ambiental formal e não formal e gestão ambiental e políticas públicas.

Abertura oficial do Fórum de Educação Ambiental de Mato Grosso do Sul.

Também foram realizadas nove apresentações culturais, dentre elas corais, teatros de bonecos, performance poética e apresentação de dupla musical, além de atividades paralelas, como exposição de produtos e serviços pelos patrocinadores, divulgação de livros e publicações, exposição de fotografia amadora e duas visitas técnicas ao Centro de Educação Ambiental (CEA) Polonês.

As atividades foram acompanhadas e auxiliadas por 44 estagiários voluntários dos cursos de biologia e engenharia ambiental da UCDB, Uniderp e UFMS, que trabalharam como monitores. O evento encerrou-se com a realização da Oficina Estadual para a Construção da Política Estadual de Educação Ambiental, espaço único de debate em nível estadual que contou com a participação de 105 pessoas. O Fórum de Educação Ambiental de MS recebeu apoio e patrocínio de empresas e entidades compromissadas com a temática ambiental e socioambiental, das quais destacamos: Ônix Geração de Energia S/A; Editora Alvorada; Sanesul; Città Planejamento Urbano e Ambiental; Central Mídia; Ibama; Atiaia Energia; Fiems/Senai; Companhia Energética de São Paulo (Cesp); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Semadur); Prefeitura Municipal de Campo Grande e Vetorial Siderurgia.

No total, participaram do processo de consulta pública 895 pessoas, representando diversas entidades: secretarias estaduais e municipais de educação e de meio ambiente, demais órgãos públicos estaduais e municipais, representantes do setor educacional, como escolas de todos os níveis de ensino e universidades, clubes de serviços, organizações e entidades de classe, representantes do setor privado, dentre outros. Em junho de 2013, finalizado o período de consulta pública, a Ciea/MS compilou e analisou as contribuições feitas para encaminhamento, análise jurídica e posterior publicação.